



**CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE INHUMAS  
FACULDADE DE INHUMAS  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**MAYARA RIBEIRO DE CARVALHO**

**EDUCAÇÃO BÁSICA: A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS COMO COMPONENTE  
CURRICULAR**

**INHUMAS-GO**

**2021**

**MAYARA RIBEIRO DE CARVALHO**

**EDUCAÇÃO BÁSICA: A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS COMO COMPONENTE  
CURRICULAR**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia, da Faculdade de Inhumas (FacMais) como requisito para a obtenção do título de conclusão de curso.

**Professor orientador:** Me. Júlio César da Silva

**INHUMAS – GO**

**2021**

**MAYARA RIBEIRO DE CARVALHO**

**EDUCAÇÃO BÁSICA: A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS COMO COMPONENTE  
CURRICULAR**

**AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO(S) ALUNO(S)**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia, da Faculdade de Inhumas (FacMais) como requisito para a obtenção do título de conclusão do curso de Pedagogia.

Inhumas, 25 de novembro de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Me. Júlio César da Silva – FacMais  
Orientador e presidente da banca

---

Prof. Cláudia de Souza Abdalla - FacMais  
Membro Convidado

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**BIBLIOTECA FACMAIS**

C331e

CARVALHO, Mayara Ribeiro de  
Educação básica: A importância da libras como componente curricular/ Mayara Ribeiro de Carvalho. – Inhumas: FacMais, 2021.  
53 f.: il.

Orientador (a): Júlio César da Silva.

Monografia (Graduação em Pedagogia) - Centro de Educação Superior de Inhumas - FacMais, 2021.  
Inclui bibliografia.

1. Educação básica; 2. Libras; 3. Componente curricular; 4. Capacitação profissional; 5. Escola inclusiva; 6. AEE. I. Título.

CDU:37

Esta monografia é dedicada primeiramente a Deus que sempre me iluminou e me acompanhou. Dedico à minha família, que sempre esteve presente e tornou este momento possível. Dedico também ao Professor Júlio César e à Professora Gerlana Pereira Lino de Araújo que se mantiveram presentes o tempo todo nessa jornada me orientando e me iluminando para a escolha deste tema. Não poderia deixar de dedicar esta monografia à comunidade surda e a todas as pessoas que lutam por essa causa, que minha escrita seja capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva. E para finalizar e não menos importante esse trabalho se deve também à minha família acadêmica, minhas parceiras no curso de Pedagogia e à FacMais que me mostraram o melhor caminho que eu poderia escolher para trilhar.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus, meu companheiro de todos os momentos, que sempre esteve ao meu redor e em meu coração. Agradeço por todas as realizações em minha vida, onde me encontro hoje, o curso que escolhi, as pessoas que conheci, os que me ensinaram e aprenderam junto comigo, tudo que tenho e tudo que sou.

As pessoas ao meu redor são presentes de Deus, sei que qualquer obstáculo que surgir, qualquer dificuldade que aparecer, será um aprendizado independente do resultado final e que cada dia posso me tornar uma versão melhor de mim. Sou grata por existir, poder expressar minha gratidão e crescer ao ponto de poder ajudar outras pessoas a crescerem.

Aos familiares, que são a motivação para meu crescimento pessoal e profissional. Quero agradecer aos meus pais e a minha irmã; a minha mãe, Glaucileia Ribeiro Batista, ao meu pai, Sérgio Batista de Carvalho, e a minha irmã, Máyra Ribeiro de Carvalho, pois onde estou, quem sou e quem estou me tornando é mérito deles. Sempre me apoiando com seu amor incondicional, com sua força e perseverança, que sempre me influenciaram a estudar e a nunca desistir dos meus sonhos - as dificuldades são essenciais para que surjam oportunidades. Eles são a minha origem e a razão de escolher a Pedagogia como minha profissão, acredito que esse caminho seja capaz de construir e desenvolver cidadãos capazes de trazer a mudança. Não há nada mais bonito do que a arte de ensinar e aprender juntos!

Ao orientador, Júlio César da Silva, deixo meus agradecimentos e minhas desculpas mais sinceras, porque, apesar de todas as dificuldades que surgiram, ele me acolheu, ainda por quanto da complexidade de minha temática. Não posso deixar de afirmar que o senhor foi o professor mais espirituoso e transformador que tive a honra de conhecer. Seu jeito feliz e criativo de ser, sua competência, suas habilidades e sua perseverança me levaram a escolhê-lo para me guiar no final dessa etapa, que será apenas o começo de muitas outras oportunidades. O seu amor pelo ensino me permitiu enxergar que essa profissão vai muito além do ensinar e aprender, vai do saber compartilhar, de entender que também se trata de nos fazer crescer por dentro e ser capaz de ajudar o outro a crescer ao nosso lado. Muito obrigada pelo privilégio de tê-lo como meu orientador e muito obrigado por não desistir dessa discente um pouco insegura e confusa.

À orientadora, Gerlana Pereira Lino de Araújo, deixo os meus agradecimentos e minhas desculpas mais sinceras, não posso deixar de discursar sobre como lhe ver exercer belos movimentos da língua de sinais na primeira aula de Libras foi o precursor para a escolha do meu tema, foi uma honra tê-la como minha orientadora, Professora; a sua incrível perseverança e simpatia, ao me orientar nesta monografia, me tornou capaz de escrever o projeto da minha vida. Seus conhecimentos, suas habilidades e competências foram cruciais para que este trabalho se tornasse realidade. Então muito obrigada por não desistir dessa discente uma pouca contraditória e confusa.

Aos professores(as) da minha vida acadêmica da FacMais de Inhumas deixo os meus agradecimentos e também as mais sinceras desculpas por qualquer infortúnio. Obrigada por compartilharem seus conhecimentos e uma parte de vocês. Foram essenciais para a minha formação e para a construção da minha identidade, os momentos vivenciados, as experiências adquiridas ficarão sempre comigo. Muito obrigada professor Júlio, professora Gerlana, professor Daniel, Professor Ezequiel, professora Cláudia, professor Marcelo, professora Lucineide, professora Elisabeth, professor Osvaldo, professora Katielly, professor Sebastião, professora Cristiane, professora Elma e demais docentes da unidade.

Aos colegas de curso deixo a minha gratidão e a minha amizade. Preciso parabenizar os momentos ao lado dessa turma, pois trouxeram inúmeras aprendizagens e felicidades, apesar de sermos uma família de pessoas muito diferentes, nos encaixamos perfeitamente. As experiências que compartilhamos nos fez crescer, brincamos, brigamos, choramos, rimos, dividimos e sonhamos juntos, todo esse tempo ao lado dessa maravilhosa turma tornou ainda mais nítido como sentirei falta dessa família, das minhas parceiras de profissão que espero um dia trabalhar juntas, obrigada por poder ter a chance de dividir e compartilhar esse sonho ao lado dessas futuras profissionais. Parabéns e um muito obrigada a esta família que estará sempre em meu coração: Aline, Ana Gabriella, Carolina, Eliane, Nádia, Thaynara, Mariana, Kezia, Isabela, Camila, Ramyres, Welma, Geize, Ruthyelen, Gustavo e Muniky. Que todos nós possamos nos encontrar novamente e que tenhamos sucesso a cada passo. Que a felicidade nos acompanhe sempre. Até a próxima vez, Família da Pedagogia!

“Os limites da minha linguagem denotam os limites do meu mundo.” Ludwig Wittgenstein



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AEE</b>	Atendimento Educacional Especializado
<b>CENESP</b>	Centro Nacional de Educação Especial
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>FENEIS</b>	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
<b>IESP</b>	Instituto de Educação e Saúde Pública.
<b>INES</b>	Instituto Nacional de Educação de Surdos
<b>LIBRAS</b>	Língua Brasileira de Sinais
<b>LDBEN</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>L1</b>	Representação mediante a Língua de Sinais; língua materna
<b>L2</b>	Português modalidade escrita
<b>MDL</b>	Material Didático de Libras
<b>SRM</b>	Sala de Recursos Multifuncionais

## RESUMO

O ensino da Libras nas escolas visa buscar a formação de uma sociedade inclusiva e transformadora. O ato de aprender e ensinar Libras é a arte de ouvir a voz do coração por meio de gestos. Esta monografia tem como objetivo analisar a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como um dos elementos fundamentais na construção da identidade linguística brasileira, visando a sua valorização e implementação como componente curricular na Educação Básica para surdos e ouvintes. Visando a formação de uma comunidade inclusiva, que reconheça a Língua de Sinais (Libras) e participem de forma ativa da cultura e comunidade surda. Será abordado a legislação que rege o ensino de Libras como componente curricular obrigatório nas instituições escolares e sua atribuição ao currículo escolar, trazendo a relevância da capacitação e especialização do profissional docente no processo de inclusão e comunicação do surdo, e a aquisição da Libras pelos ouvintes e a importância do AEE na inclusão. A metodologia empregada na pesquisa é de caráter exploratório e qualitativo. E as demais considerações e as conclusões serão apresentadas ao final da escrita desta monografia.

**Palavras-chaves:** Educação Básica. Libras. Componente Curricular. Capacitação Profissional. Escola Inclusiva. AEE.

## **ABSTRACT**

The teaching of Libras in schools aims to seek the formation of an inclusive and transformative society. The act of learning and teaching Libras is the art of listening to the voice of the heart through gestures. This monograph aims to analyze the importance of Brazilian Sign Language (Libras) as one of the fundamental elements in the construction of Brazilian linguistic identity, aiming at its appreciation and implementation as a curricular component in basic education for deaf and hearing. Aiming at the formation of an inclusive community, which recognizes the Sign Language (Libras) and participates actively in the deaf culture and community. It will address the legislation governing the teaching of Libras as a mandatory curriculum component in schools and its allocation to the school curriculum, bringing the relevance of training and specialization of professional teachers in the process of inclusion and communication of the deaf, and the acquisition of Libras by listeners and the importance of AEE in inclusion. The methodology used in the research is exploratory and qualitative. And the other considerations and conclusions of the field research will be presented at the end of writing this monograph.

**Key-words:** Basic Education. Libras. Curricular Component. Professional Training. Inclusive Schools. AEE.

## SUMÁRIO

<b>1. O CONCEITO DA LIBRAS COMO COMPONENTE CURRICULAR E SUA IMPLEMENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA</b>	<b>16</b>
1.1 A inserção da Libras no currículo escolar	16
1.2 Legislação congruente ao ensino de Libras nas escolas e sua relevância no currículo escolar	20
1.3 Formação docente: As contribuições do pedagogo no processo de ensino do aluno surdo	24
<b>2. A EFETIVAÇÃO DA LIBRAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA OS OUVINTES: CONDUZINDO PARA UM DESENVOLVIMENTO DE VALORIZAÇÃO E DE PARTICIPAÇÃO ATIVA DA COMUNIDADE SURDA</b>	<b>29</b>
2.1 A importância da aquisição da Libras pelos ouvintes para o desenvolvimento da interação social com o surdo	29
2.2 Elementos que influenciam a realização pedagógica definitiva no ensino de Libras	33
2.3 Reflexões sobre a utilização de LIBRAS no âmbito vigente	36
<b>3. O AEE COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO E PERMANÊNCIA DA LIBRAS NA EDUCAÇÃO</b>	<b>39</b>
3.1 Educação Especial e AEE	39
3.2 O Atendimento Educacional Especializado nas Escolas Inclusivas	41
3.3 A formação do profissional AEE em Libras	43
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>46</b>
<b>REFERENCIAS</b>	<b>49</b>

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, visa analisar o conceito de Libras como componente curricular obrigatório na educação básica brasileira. Visando refletir sobre a relevância do aprendizado da Língua Brasileira de Sinais na Educação Básica para ouvintes, contribuindo para o processo de inclusão e de construção de identidade do sujeito ouvinte e surdo, permitindo a participação ativa de ambos em todo o espaço e processos escolares, além da interação e do diálogo entre eles, rompendo, assim, a barreira linguística. Consiste em mais um esforço no sentido de reconstruir o conhecimento sobre a necessidade do ensino de Libras para todos os indivíduos, independentemente de suas divergências, de forma a favorecer o desenvolvimento de sujeitos bilíngues e culturais e na inclusão dos surdos na sociedade. Contribuindo, assim, para o entendimento de certos paradigmas que conduziram ao processo de inclusão de conhecimentos básicos da Libras como componente curricular obrigatório nas instituições públicas.

Ante o exposto, o problema a ser abordado na pesquisa, é: visto que está presente um projeto no senado para que o ensino da Libras faça parte do componente curricular obrigatório nas instituições escolares, por qual motivo há tanta objeção em implantá-lo nas escolas? Qual a importância do ensino da Libras para os ouvintes e para a comunidade surda?

Esta pesquisa se justifica socialmente pela necessidade de se compreender como há Libras é de fundamental importância enquanto componente curricular de ensino regular nas instituições escolares, proporcionando um ambiente que seja capaz de suprir as necessidades e especificidades do indivíduo surdo. O sujeito surdo é um cidadão de direitos e deveres como qualquer outro indivíduo, por isso é preciso promover políticas que garantam e os auxiliem na comunicação não apenas com intérpretes, mas com os colegas ouvintes, os quais sejam capazes de estabelecer relações afetivas, que consigam se comunicar e participar ativamente, os permitindo, assim, a socialização tanto no espaço escolar, quanto nos espaços públicos, privados. Entender essa língua enquanto algo necessário para valorização e integração de todos os indivíduos de maneira igualitária, respeitando suas especificidades e individualidades, é gerar oportunidades futuras para a formação das identidades pessoais, sociais, profissionais.

Quanto à relevância acadêmica, este trabalho torna-se fonte de pesquisa e

orientação sobre a temática de Língua de Sinais para ouvintes e surdos. Por isso, é necessário compreender a importância e a necessidade dessa língua para a participação ativa da comunidade surda no que se refere aos processos de socialização. Poder tornar possível a quebra de paradigmas ultrapassados é o caminho para mediar um processo de transformação e inclusão.

A metodologia empregada para a produção desta monografia é de teor exploratório e bibliográfico, pois envolve leituras bibliográficas, análises de documentos e livros.

Os referenciais teóricos que nos darão embasamento da temática serão construídos com base nas leituras de: Santana(2007), Fonoaudióloga, mestre e doutora em linguística (Unicamp), atuando também na área de neurolinguística e de linguagem; Mazzotta (2005), graduado em Pedagogia, professor especializado no ensino de deficientes mentais, Mestre em Educação - supervisão e currículo (PUC/SP) e Doutor em Educação - História e Filosofia da Educação; Gesser (2012), Mestra em Letras/Inglês (UFSC), doutora em linguística aplicada na área de educação bilíngue pela (Unicamp); Mantoan (2003), atuante desde 1996 na formação dos professores tanto inicial quanto continuada, visando a inclusão escolar dos alunos com deficiência; Quadros (2003), Doutora desde o ano 1999 na área da linguística, aquisição, bilinguismo, e interpretação - uma das do grupo de Estudos Surdos - GES, grupo de pesquisadores de Língua de Sinais de tradução, interpretação e educação de surdos; Strobel (2007), surda com quatro dias de vida, doutora em educação atuando na educação dos surdos, linguística, metodologia no ensino de Libras; Vygotsky (1925), psicólogo realizador de diversas pesquisas sobre a psicologia histórico-cultural, pioneiro do estudo sobre o desenvolvimento intelectual das crianças por meio das interações sociais; Sapir (1930), Doutor em linguística, sua principal obra é a língua (1921), que tenta construir uma nova ciência da linguagem para além de considerações históricas, enfatizando os fatores linguísticos.

As leituras dos trabalhos referentes aos autores mencionados, viabilizaram compreender um viés de análise que procura evidenciar a Libras como componente curricular, essencial para a construção de uma sociedade bilíngue e para o desenvolvimento integral e satisfatório dos surdos, valorizando tanto a cultura surda quanto a ouvinte, respeitando e incluindo como sujeitos pertencentes e ativos na sociedade.

A justificativa, mediante o tema da presente monografia, foi escolhida como forma de expressar o possível caminho que deve ser seguido para que todos tenham

as mesmas oportunidades, apesar de suas individualidades ou divergências. A Libras precisa ser vista, não como uma Língua opcional, mas como uma forma de crescimento cultural, pessoal, profissional para todos, já que é direito de todos compartilharem suas culturas, participarem ativamente e interagirem de suas formas em todas as instâncias da comunidade.

É de relevância científica, pois é uma forma de contribuição para todos os futuros educadores da área de Libras ou de outros setores da sociedade que buscam o aprendizado ou o entendimento dessa língua, visando guiá-los em suas buscas, compreensão, aprendizado da Libras para a inclusão efetiva dos surdos.

A relevância social do aprendizado de Libras na Educação Básica está na busca pela construção de uma sociedade inclusiva e consciente, em que todos vejam a Língua de Sinais como uma habilidade linguística importante e indispensável, tal como a Língua Portuguesa.

Para há Libras se tornar efetiva no ensino regular, enquanto componente curricular, é necessário a construção de leis mais rigorosas que levem a sério e priorizem o ensino da Língua Brasileira de Sinais nas instituições escolares para toda a comunidade escolar e que disponibilize mais cursos profissionalizantes de fácil acesso aos profissionais pedagógicos e que sejam atribuídos mais intérpretes, em que ambos possam se auxiliar no processo de ensino aprendizagem e colaborem para a construção de um ambiente acolhedor e inclusivo.

É inegável o reconhecimento dos surdos e de sua língua hoje em todos os âmbitos sociais, contudo ainda são inúmeros os obstáculos para a sua real inclusão na sociedade como agentes participantes e ativos. Ser reconhecido e incluído são situações totalmente diferentes. Percebemos isso quando analisamos como as escolas ou o ambiente de trabalho visualizam a pessoa surda, eles não estão preparados para atendê-los e nem mesmo incluí-los. A necessidade do ensino aprendizagem de Libras está na capacidade de ser possível um real compartilhamento e respeito sobre as diferenças. Assim como os surdos aprendem o português na modalidade escrita para compartilhar seu mundo, é dever dos ouvintes aprender a Língua de Sinais para compartilhar o seu. Cada vez mais tem se tornado maior a demanda de profissionais capazes de se comunicar e interagir com o sujeito surdo, pois precisamos saber trabalhar com profissionais que tenham essas individualidades, assim como os ouvintes, a comunidade surda tem educadores, intérpretes, secretários - eles têm suas profissões e seus desafios.

Esta monografia é de grande relevância para futuros pedagogos e

profissionais da área, como fonte de pesquisa e orientação sobre a temática de Língua de Sinais. Entender a importância e a necessidade dessa língua para a participação ativa da comunidade surda socialmente, é tornar possível a quebra de paradigmas ultrapassados.

O objetivo geral é analisar a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como um dos elementos fundamentais na construção da identidade linguística brasileira, visando a sua valorização como componente curricular na Educação Básica, buscando, deste modo, a formação de uma comunidade inclusiva, que reconheça a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e participem de forma ativa da cultura e da comunidade surda. Os objetivos específicos são: analisar o conceito de Libras como componente curricular, e como vem sendo implementada na Educação Básica; perceber como a implementação da Libras na Educação Básica para ouvintes conduz para um processo de valorização e de participação ativa da comunidade surda; compreender a importância do ensino e da aquisição de Libras pela comunidade ouvinte.

Para a realização de tal pesquisa, ela foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo será abordado a análise do conceito da Libras como componente curricular e sua implementação na Educação Básica. O primeiro subtítulo é sobre a inserção da Libras no currículo escolar, que visa a inclusão do aluno surdo de forma efetiva, onde os ouvintes aprenderão a Libras como L2, o que contribuirá na formação diária do sujeito surdo. O capítulo ainda consta sobre a Legislação congruente ao ensino de Libras nas escolas e sua relevância no currículo escolar. Os surdos passaram por grandes lutas e conquistas pelos seus direitos e para que esses direitos fossem reconhecidos e incluídos, foram criadas normas e documentos legislativos que nortearam para a transformação e efetivação desse processo. E para finalizar o primeiro capítulo será abordado a formação docente: as contribuições do pedagogo no processo de ensino do aluno surdo. O profissional pedagógico é o mediador no processo de inclusão, conhecimento e interação entre os ouvintes e os surdos, o que destaca a importância do papel docente na inserção da Libras de forma efetiva e transformadora na formação de uma sociedade consciente e inclusiva. No segundo capítulo, a temática será sobre compreender a efetivação da Libras na Educação Básica para ouvintes, conduzindo para um desenvolvimento de valorização e de participação ativa da comunidade surda. No primeiro subtítulo será abordada a importância da aquisição da Libras pelos ouvintes para o desenvolvimento da



interação social com o surdo, visando a formação da identidade e a independência da pessoa surda, contribuindo para um ambiente escolar integrador e inclusivo. O capítulo ainda abordará sobre os Elementos que influenciam a realização pedagógica definitiva no ensino de Libras. A efetivação da Libras como componente curricular é um direito do surdo e dever dos profissionais educadores combinado a instituição escolar, ressaltando que o papel docente é o caminho para o seu ensino e para finalizar o segundo capítulo serão analisadas as reflexões sobre a utilização de Libras no âmbito vigente. O acesso do surdo aos âmbitos da sociedade se mostra um desafio ainda mais complexo e que exige preparação da comunidade ouvinte, para efetivar a participação ativa dos surdos de forma educacional, profissional e social. No terceiro e último capítulo desta monografia será abordado a importância do Atendimento Educacional Especializado no que se refere a implementação da Libras.

Os subtítulos desta monografia, ao final dela, visam mostrar a importância da efetivação da Libras como uma língua que precisa ser aprendida de forma consciente e transformadora por surdos e ouvintes, de modo que colabore para o desenvolvimento e formação da identidade surda. Visando acabar com a estereotipação cultural construída socialmente a respeito da comunidade surda, formando, desse modo, uma sociedade que reconheça a necessidade das individualidades.

Evidenciando a necessidade do ensino bilíngue para a reconstrução da visão atrelada à educação especial e como a sua efetivação na prática protagoniza a relação com o sujeito surdo e protagoniza a participação coletiva como aspecto de fundamental importância para há Libras se tornar um componente curricular.

## **1. O CONCEITO DA LIBRAS COMO COMPONENTE CURRICULAR E SUA IMPLEMENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Este capítulo versa sobre a necessidade de se compreender o conceito da Libras enquanto componente curricular obrigatório, para que o seu processo de implementação na educação básica seja constituída de forma que realmente vise a sua efetivação e realização. Segundo Quadros (2006, p. 35), a língua de sinais “é uma língua espacial visual, pois utiliza a visão para captar as mensagens e os movimentos, principalmente das mãos, para transmiti-la”. O reconhecimento da Libras e a construção de sua imagem e de sua importância no âmbito educacional se revela um processo longo que foi efetivando e moldando o seu significado por meio da educação especial que foi se adequando e atribuindo os direitos aos deficientes.

### **1.1 A inserção da Libras no currículo escolar**

O reconhecimento da Educação Especial no Brasil, foi uma conquista transformadora e inclusiva, que mudou o rumo da educação e da formação humana para além do individual. Devido a iniciativas oficiais e particulares isoladas e de âmbito nacional, a Educação especial, finalmente, ganharia seu espaço e iniciaria a luta pelo seu reconhecimento e seus direitos, em 12 de Setembro de 1854 no Imperial Instituto dos meninos cegos, com o início do atendimento escolar especial aos portadores de deficiência, fundado por D. Pedro II.

Honora e Frizanco trazem que há Libras chegou ao Brasil por intermédio do Francês surdo Eduard Huet em 1855, junto a Dom Pedro II, que o apoiou na fundação da primeira instituição para surdos intitulada o Imperial Instituto de Surdos-Mudos (1857), a qual a Língua Brasileira de Sinais foi resultante a Língua Francesa de Sinais. Atualmente esta unidade é chamada de Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, dando início então a história de lutas pelos direitos do povo surdo. Anteriormente sua educação se baseava em três filosofias: oralismo, comunicação total e bilinguismo.

A partir disso, o atendimento aos surdos foi se tornando cada vez mais necessário. Com isso, surgiram mais instituições ao longo do processo histórico, com o intuito de receber e auxiliar essas pessoas; como o Instituto Santa Terezinha

exclusivo para meninas com deficiências auditivas, que foi fundado pelo Bispo Dom Francisco de Campos Barreto em parceria com o auxílio de duas freiras brasileiras, as Irmãs Suzana Maria e Madalena da Cruz e de duas freiras francesas, Irmãs Saint Jean e Luiza dos Anjos, em 15 de Abril de 1929 em São Paulo na cidade de Campinas. Assim, como a Escola Municipal de Educação e de 1º Grau para Deficientes Auditivos Helen Keller - que foi fundada pelo prefeito Dr. Armando de Arruda Pereira - também em São Paulo, no bairro de Santana em 1951, sendo nomeado primeiramente como o 1º Núcleo Educacional para Crianças Surdas, e posteriormente em 1976, nomeado Escola Municipal de Educação e de 1º Grau para Deficientes Auditivos Helen Keller. E como o Instituto Educacional São Paulo - IESP - especializado no ensino de crianças com deficiências auditivas, fundado em 18 de Outubro de 1954.

Contudo, a construção desse processo contínuo se mostrou árdua e cheia de obstáculos até alcançar o que a inclusão representa hoje. A cultura de estereotipação que moldou o sistema escolar e a sociedade independentemente do momento histórico, foram as possíveis causas para o surgimento dessas dificuldades e desse processo tardio. No passado, quando era apresentada alguma deficiência ou dificuldade nos indivíduos, eles eram rotulados como “diferentes” ou “especiais”, essa classificação remete ao sujeito como alguém limitado, inacabado, uma pessoa incapaz de aprender, de superar suas dificuldades e, então, essas pessoas eram consideradas inadequadas.

Segundo Strobel (2007, p. 21-22):

A sociedade não conhece nada sobre o povo deficientes auditivos e, na maioria das vezes, fica com receio e apreensiva, sem saber como se relacionar com sujeitos deficientes auditivos, ou tratam-nos de forma paternal como ‘coitadinhos’, ‘que pena’, ou lida como se tivessem ‘uma doença contagiosa’ ou de forma preconceituosa e outros estereótipos causados pela falta de conhecimento.

O entendimento dessa língua enquanto processo de inclusão social oportuniza possibilidades igualitárias para todos, permitindo ao surdo a construção de sua identidade social e pessoal, contribuindo para a sua formação profissional e para a sua integração em todas as esferas da sociedade, de modo que as individualidades de cada um se tornem o que realmente deveriam ter sido a muito tempo: qualidades e não incapacidades.

Atualmente, mesmo que de forma inconsciente, ainda podemos encontrar vestígios desses acontecimentos nos currículos escolares. Uma das maiores dificuldades apresentadas nos currículos são os rótulos, ou seja, acreditar que todas as crianças são iguais, que todas aprendem da mesma maneira, onde são classificadas e enquadradas de forma equivocada.

O currículo, grosso modo, é a organização dos conhecimentos a serem ministrados tanto de forma educacional, quanto profissional. No âmbito educacional fica evidenciado a sua extrema importância para a construção do processo inclusivo, pois ele é um documento em constante mutação, que norteia e orienta as ações do profissional pedagógico e de todos os profissionais da educação. É o caminho para a construção social do conhecimento, trabalhando assim os conteúdos de forma cultural, interdisciplinar e transdisciplinar. Entretanto, a forma em que seu significado histórico-social foi moldado, apresenta uma certa complexidade e distorção do que o currículo deveria abordar e representar. Isso nos remete à reflexão de que ainda estamos limitados a algumas características e atitudes tradicionais equivocadas, escurecendo o que pode ser a verdadeira contextualização do currículo na formação de sujeitos críticos, sociais e políticos.

Felizmente, hodiernamente, é possível observar as evoluções através das quais os currículos escolares têm passado, como sua construção está sendo voltada para o processo de inclusão de todos os indivíduos de forma que o conhecimento seja acessível e que atenda as necessidades e individualidades de cada um.

É nítido que esse processo de evolução é lento, pois não é fácil romper barreiras muito enraizadas na formação da base educacional brasileira. E isso fica ainda mais evidente ao analisarmos a falta de uma disciplina de Libras nos currículos escolares, apesar de ser a segunda língua oficial mais falada no país. Segundo Quadros (1997) e outros autores, cerca de 95% das pessoas surdas nascem em famílias de pais ouvintes e apenas 5% das pessoas surdas nascem em famílias de pais surdos, o que induz a reflexão do porquê de, apesar desses dados, há Libras não está sendo implementada nas escolas de ensino regular como componente curricular obrigatório.

Todos os processos foram essenciais para a construção de pilares fortes, contribuindo para a transformação do significado histórico da comunidade surda e da educação bilíngue no Brasil. O que deixou ainda mais evidente como as instituições e

os currículos escolares precisam se reconstruir e inovar para que os surdos sejam incluídos de maneira a consolidar seus direitos em aprender a L1 (representação mediante a Língua de Sinais; língua materna) e a L2 como aquisição de uma língua escrita (português, modalidade escrita), para se sentirem incluídos e participarem ativamente na sociedade, como cidadãos culturais, políticos, sociais e profissionais. Desse modo, é inegável que a inclusão é um ato coletivo, onde todos precisam participar para que ela aconteça. É inegavelmente necessário que o ensino e o aprendizado de Libras seja um ato coletivo tanto dos surdos quanto dos ouvintes para que a inclusão do surdo, em todas as instâncias da sociedade, se concretize com sucesso.

A inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória na educação básica para a comunidade ouvinte e surda proporciona oportunidades equitativas que reconstrói e transforma o processo de interação e participação ativa de todos os membros da sociedade. E, como forma de apoio, pode-se evidenciar as leis e os documentos que norteiam e regem a educação para que a implementação de Libras seja eficaz e eficiente.

É notório que se comunicar em Libras não é importante somente para os surdos, o que vem se tornando ainda mais evidente para a Comissão de Educação que aprovou e sancionou o projeto de lei nº 2040/11, proposto pelo senador Cristovam Buarque, onde a ideia proposta é implementar a Libras como disciplina nas escolas públicas de ensino básico no país, onde a matrícula é facultativa aos estudantes. Trazendo que:

Os municípios com menos de 10 mil habitantes não serão obrigados a ofertar a disciplina de libras. As demais cidades terão prazos para se adaptarem variáveis de acordo com a quantidade de habitantes, sendo eles:

- 180 dias para as capitais estaduais e do Distrito Federal.
- 2 anos para os municípios com mais de 100.000 habitantes.
- 4 anos para os municípios com mais de 50.000 habitantes.
- 7 anos para os municípios com mais de 10.000 habitantes (BUARQUE, 2018; GARCIA, 2018).

Apesar da proposta da implementação da Libras como disciplina curricular nas escolas públicas de ensino básico ter sido aprovada, percebe-se que sua valorização enquanto componente curricular ainda se encontra lenta até ser inserida no currículo escolar. O artigo do *site* “Melhor Escola” sobre a temática: Disciplina de Libras nas escolas, destaca que a escola Lápis Mágico deu o primeiro passo rumo a

mudança, situada em Taubaté - SP, foi uma das instituições que aderiram a proposta de desenvolver uma disciplina de Libras, onde em 2019 foi incluída na grade curricular com o objetivo de ensinar não apenas a Libras, mas também ensinar valores, a formação integral do aluno, contribuindo para uma conexão com a comunidade surda. É importante ressaltar que há Libras está sendo incluída no currículo devido às normativas que garantem o direito da comunidade surda à educação e ao aprendizado de sua língua materna. Desse modo, pode-se notar que as leis e os documentos educacionais são cruciais para que algo seja imposto, se torne imediato e seja cumprido, são o ponto de partida para a realização de tal processo (REVISTA ME, 2019).

Quando algo que é determinado, se tornando indispensável, à medida que a educação e a inclusão avançam juntamente, percebe-se que a implementação obrigatória e permanente da Libras enquanto componente curricular se tornará inevitável.

## **1.2 Legislação congruente ao ensino de Libras nas escolas e sua relevância no currículo escolar**

A Libras se mostra primordial para a valorização da pessoa surda no âmbito didático, societário e profissional. A comunidade surda e sua forma de comunicação passou por inúmeros obstáculos até, realmente, terem a sua língua materna reconhecida como meio de comunicação - o que se tornou possível devido ao processo legislativo brasileiro. Mas essa legislação não considerava o surdo como indivíduo de direito e deveres e mediante a muitas lutas se iniciou um processo de direitos conquistados à comunidade surda. Destaca-se a constituição de 1988 - a sétima constituição desde a Independência do Brasil - conhecida como Constituição Cidadã. A constituição já apontava os direitos às pessoas surdas e as demais com alguma deficiência, sendo fortalecida mediante outras leis caracterizadas pela educação (MAZZOTTA, 2005).

O primeiro passo legislativo rumo a inclusão da Língua de Sinais no Brasil, foi a criação da lei de Libras, nº10.436 em 24 de Abril de 2002, onde reconheceu a Libras como forma de comunicação e expressão, sendo conhecida como a primeira vitória para a comunidade surda. Essa conquista se deve ao reflexo das políticas

internacionais, que foram essenciais para a educação inclusiva na atualidade (CARDOSO, 2002; SOUZA, 2002).

A Conferência Mundial sobre Educação Especial foi um evento realizado em 1994 em Salamanca, na Espanha, que tinha o objetivo de reformar e reestruturar os sistemas educacionais por meio de diretrizes básicas com base no avanço do processo de inclusão social, onde foi construído um dos principais documentos mundiais que consolidaram a educação inclusiva (MENEZES, 2001).

A Declaração de Salamanca é considerada um documento de marco mundial na trajetória da inclusão social e da educação inclusiva, pois vem defender e garantir o direito de todos ao acesso à educação, inclusive das crianças com necessidades educacionais especiais (terminologia não utilizada, mediante a lei Brasileira de Inclusão no ano de 2015, o termo mais adequado é Pessoa com Deficiência) ou que apresentem alguma necessidade temporária (SANTANA, 2007; GESSER, 2012 e MAZZOTTA, 2005). Está descrito no documento Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, tópico nº 7, que;

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 3).

A escola para ser considerada inclusiva deve oportunizar, para todas as crianças, a capacidade de aprender juntas, independente de suas individualidades e precisam se adaptar às necessidades diversas de cada um, respeitando as diferenças e proporcionando um ensino de qualidade. Com o ensino da Libras não deveria ser diferente, pois é direito tanto dos surdos quanto dos ouvintes terem acesso aos diferentes tipos de conhecimentos, principalmente do ensino da língua de Sinais que é considerado de extrema relevância acadêmica e curricular. Sendo dever das instituições escolares e da gestão educacional promover políticas de inclusão para os indivíduos surdos, proporcionar profissionais capacitados e especializados para o ensino da Libras possibilitando assim acessibilidade de todas as maneiras. As escolas

preveem o ensino da Libras como modalidade escolar, mas na prática não está sendo inserido no currículo. A lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002, artigo 22 dispõe que:

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.[...] (BRASIL, ano, s/p).

Percebe-se, então, que há uma necessidade de fiscalizar como essas instituições de ensino regular tanto públicas quanto particulares, estão se disponibilizando na efetivação desse documento e se o processo de ensino da Libras está presente na grade curricular com qualidade e a inclusão dos surdos de forma efetiva. É dever dos órgãos públicos, federais, municipais e estaduais e de competência do MEC, junto a CENESP e os demais órgãos, proporcionar e garantir o acesso e o atendimento educacional especializado a esse grupo e aos demais que exijam atenção especial. Mazzotta (2005), acredita que esse fator é essencial para os educandos, trazendo uma *visão dinâmica* da relação entre o deficiente e a educação escolar. Entretanto, é preciso cautela para que o legislador não transforme esse processo em uma *visão estática* ao estabelecer uma relação entre o atendimento educacional especializado e a pessoa com deficiência.

Hedero (2010) e Araújo (2020) discorrem sobre a necessidade de profissionais especializados para o atendimento educacional, pois ensinar os sujeitos surdos requer inovação e adaptação por parte do currículo e do profissional, uma equipe qualificada equilibra e proporciona benefícios à formação integral da criança surda, ou seja, à medida que esse conhecimento é compartilhado e enraizado, então logo se multiplica de modo que aprendizado coletivo de Libras devolva a independência da comunidade surda. Perante os direitos ao aprendizado e ensino da Libras o Decreto nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005, reafirma novamente o direito das pessoas com deficiência de estudarem em instituições de ensino regular. O que consolida a importância da formação e especialização do educador e a preparação da



instituição escolar para receber esses indivíduos. O dever da escola é proporcionar e garantir o direito dos sujeitos surdos a uma educação especializada, conhecida como AEE (Atendimento Educacional Especializado), onde essa criança terá mais acesso à sua língua, junto a modalidade do português escrito, além do desenvolvimento e aquisição de outras habilidades que contribuirão para o ensino aprendizagem dessa criança. Esse direito é assegurado pelo decreto nº 6.253, junto ao decreto nº7.611 sobre a educação especial, o atendimento educacional, dispõe que:

Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;

II - aprendizado ao longo de toda a vida;

III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;

IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;

V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;

VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;

VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e

VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial.

§ 1º Para fins deste Decreto, considera-se público-alvo da educação especial às pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação.

§ 2º No caso dos estudantes surdos e com deficiência auditiva serão observadas as diretrizes e princípios dispostos no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (ROUSSEFF, 2011, p.12).

A política educacional tem apresentado transformações importantes, mas os atributos exigidos pela sociedade existente, ainda consta com uma barreira entre pessoas ouvintes e surdas. Mesmo as leis sendo claras sobre o direito do sujeito surdo, a hostilidade ainda são destaques na sociedade. É de suma importância que as pessoas ouvintes que tem relação com o sujeito surdo, não apenas no âmbito escolar, mas em qualquer espaço público, tenham a compreensão e a habilidade de utilizar a Libras como meio cardeal de comunicabilidade.

### **1.3 Formação docente: As contribuições do pedagogo no processo de ensino do aluno surdo**

O sucesso da aquisição de Libras pela comunidade surda e ouvinte é um processo que depende da formação do profissional pedagógico, de toda a comunidade e da instituição escolar. O papel do docente e sua formação é a peça fundamental para que a língua de sinais seja efetivada, valorizada e aprendida, pois ele é o mediador desse processo no ambiente escolar. Contudo, mesmo a Libras sendo um direito da pessoa surda e sendo dever das instituições escolares atribuí-la a grade curricular, muitos profissionais pedagogos e educadores chegam à sala de aulas despreparadas para atender as demandas e necessidades que um aluno surdo necessita, o que colabora para a exclusão e prejudica o aprendizado dessa criança.

Esse despreparo por parte dos educadores indica o descaso que há Libras ainda enfrenta em sua consolidação enquanto forma de língua e como componente curricular efetivo nas instituições acadêmicas de ensino superior. Mesmo o decreto 5.626, de 22 de Dezembro de 2005, no capítulo 2 prever e incluir o ensino da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores. A verdade é que a carga horária estipulada para o aprendizado de Libras nas faculdades para a formação de profissionais capacitados é muito pequena e gera um aprendizado superficial e resumido. Assim, implica na formação de educadores despreparados para o atendimento às crianças surdas e que desconhecem a verdadeira importância de se aprender a Língua de Sinais.

Muitos educadores vão a campo acreditando que nunca terão que usar Libras ou ensinar alunos surdos, o que é um engano prejudicial para a formação do professor e para o desenvolvimento do sujeito surdo. Desse modo, fica evidente o porquê da necessidade de um intérprete de Libras como apoio para essas crianças. Segundo a lei referente à profissão e a atuação do tradutor e intérprete de Libras, Nº 12.319, de 1º de Setembro 2010:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.[...]

Art. 7º O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial:

- I - pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;
- II - pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;
- III - pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;
- IV - pelas posturas e condutas adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional;
- V - pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;
- VI - pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda (BRASIL, 2010, s/p).

Apesar de há Libras ser prevista na grade curricular das faculdades e instituições escolares, o intérprete ainda é o mediador primordial para que o surdo seja incluído, a fim de se comunicar e desenvolver seu processo de ensino aprendizagem. Isso denota que, para o ensino de Libras ser incluído na grade curricular, é necessário por parte do profissional docente uma formação e especialização adequada. O decreto nº 5.626, capítulo III, exige para a formação do professor de Libras e do instrutor de Libras que:

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua. Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput.

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue.

§ 1º Admite-se como formação mínima de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a formação ofertada em nível médio na modalidade normal, que viabilize a formação bilíngue, referida no caput (CARDOSO; SOUZA, 2002).

O fato de não haver muitas propostas de cursos de ensino da Libras, que sejam de fácil acesso, prorroga e dificulta o avanço dos profissionais pedagógicos na busca da aquisição da habilidade bilíngue. Desse modo, exige-se que o professor, o intérprete de Libras e o aluno estejam sintonizados para que ocorra a construção de laços firmes na busca de possibilitar a formação integral, cognitiva e inclusiva dessa criança. A aprendizagem de Libras precisa ser entendida como uma oportunidade de adquirir uma língua, tanto pelos surdos - como L1 - quanto pelos ouvintes - como L2. É uma forma inclusiva e cultural de desenvolver uma nova habilidade, de modo que a surdez não seja mais vista como uma deficiência e sim uma diferença, muitos ainda,

de fato, são os lados obscuros para o aprendizado dessa língua. A inserção de um intérprete de Libras dentro da sala de aula proporciona três etapas inclusivas para o sujeito surdo: o processo da comunicação e linguagem entre a criança surda e a ouvinte; a adaptação; o desenvolvimento da aprendizagem e da aquisição da língua portuguesa escrita.

O profissional ouvinte bilíngue na educação de surdos é um avanço no currículo escolar e na inclusão dos surdos, pois se mostra há um passo mais perto da fundamentação e do respeito à pedagogia em sua total diversidade. É preciso considerar aspectos como a identidade do estudante surdo e suas diferenças na construção do processo pedagógico, possibilitando um processo de aprendizagem eficiente, apropriação de sua língua natural e assim emancipando e valorizando sua etapa educacional.

O domínio da linguagem como atividade cognitiva e o domínio da língua como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística, são condições de possibilidades de plena participação social; pela linguagem as pessoas se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de contribuir para garantir a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania (BRASIL, 1998, p.19).

Muitos educadores, ao se depararem com um aluno surdo em sala de aula, não sentem a necessidade ou se negam a adaptar o currículo para que a participação do sujeito surdo seja oportunizada. Acreditam que é apenas continuar a aula sem preocupação, pois 'ele tem um intérprete como apoio'. Segundo Araújo(2020), o maior desafio enfrentado por um estudante surdo é a comunicação, que muitas das vezes, é deixada ou até mesmo descartada dentro da sala de aula, prejudicando a relação professor-aluno conhecimento e enfraquecendo o desenvolvimento de habilidades comunicativas. A verdade é que, devido a esse fator, a criança surda não consegue alcançar a sua totalidade em sua aprendizagem e nem em sua formação humana, pois não se sente inclinada a aprender ou se comunicar e/ou a interagir, já que não é incluída nem participa ativamente, se comunicando e realizando as atividades com os colegas. Por isso é imprescindível o fato de Libras ser atribuída ao processo de ensino aprendizagem das crianças surdas e ouvintes, desde os anos iniciais, como

componente curricular obrigatório e constantemente ser trabalhada nas licenciaturas e nos cursos de formação continuada.

O profissional pedagogo precisa estar preparado para desempenhar o seu papel e ensinar indivíduos surdos a conseguir compartilhar esse conhecimento com os alunos ouvintes, pois é direito de todos o acesso a uma educação inclusiva de qualidade e que atenda a suas especificidades.

No próximo capítulo a temática será sobre a necessidade de se compreender a efetivação da Libras na Educação Básica para ouvintes, conduzindo para um desenvolvimento de valorização e de participação ativa da comunidade surda. Destacando os elementos que influenciam a realização pedagógica definitiva no ensino de Libras e como possibilita reflexões acerca da utilização da Libras no âmbito atual, como continuidade do atual capítulo que discorreu acerca da análise do conceito e da implementação da Libras como componente curricular obrigatório na educação básica.

## **2. A EFETIVAÇÃO DA LIBRAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA OS OUVINTES: CONDUZINDO PARA UM DESENVOLVIMENTO DE VALORIZAÇÃO E DE PARTICIPAÇÃO ATIVA DA COMUNIDADE SURDA**

Este capítulo versa sobre a importância da efetivação da LIBRAS na Educação Básica enquanto componente curricular de forma equitativa e igualitária para a comunidade surda e ouvinte. E como o aprendizado da Língua de Sinais pelos ouvintes conduz para a valorização da cultura surda e para um novo olhar sobre o multiculturalismo, para o processo de interação, enquanto instrumento de inclusão social e participação ativa da comunidade surda, realçando a importância da diversidade para a construção de uma sociedade transformadora e libertadora. Destacando os elementos que influenciam a realização pedagógica definitiva no ensino de Libras e como possibilita reflexões acerca da utilização da Libras no âmbito atual, como continuidade do atual capítulo que discorreu acerca da análise do conceito e da implementação da Libras como componente curricular obrigatório na educação básica.

### **2.1 A importância da aquisição da Libras pelos ouvintes para o desenvolvimento da interação social com o surdo**

A construção de relações, a interação e a formação cognitiva são conceitos que estão intrinsecamente interligados, ou seja, são aspectos indissociáveis, pois a formação humana depende exclusivamente da interação com o outro e o meio ao qual faz parte. É nesse contexto que o ser humano inicia o processo de comunicação, a formação cognitiva, social e o aprendizado de uma língua, uma maneira de se expressar. A Libras é uma língua inteiramente expressiva, pois a sua principal característica é a comunicação por meio do uso das mãos e da linguagem corporal.

A aquisição de uma segunda língua, principalmente pelos ouvintes, é mais vantajosa durante a infância, pois é a fase em que os indivíduos têm mais facilidade para aprender e desenvolver o aprendizado de uma segunda língua. Johnson e Newport (1999) defendem a maturação cognitiva, propondo a ideologia de que quanto maior o amadurecimento da idade do sujeito maior é a sua dificuldade no processo de aprendizagem de uma nova língua, ou seja, o fator da maturidade cognitiva do indivíduo no processo de aprendizagem de uma língua é o diferencial na construção e formação dessa habilidade, desse modo fica evidente que as crianças possuem uma

vantagem temporal cognitiva, é ressaltado que apesar da aquisição da primeira língua não há uma garantia que comprove que se vai desenvolver uma segunda. Eles evidenciam que a aprendizagem de uma segunda língua depende de alguns aspectos como o modo de aquisição, os usos da língua, entre outros (SANTANA, 2007, p. 66).

Contudo, apesar dessas questões, não se pode negar o fato de que quanto mais cedo a língua for inserida no mundo da criança maior é a sua capacidade de aprender e desenvolver aquela língua, o que remete-se à ideia de que inserir uma segunda língua antecipadamente desde os anos iniciais tanto para a comunidade surda quanto a ouvinte, faz com que o desenvolvimento dessa habilidade se torna um processo intuitivo, natural e perdurável à medida que é estimulado e apresentado de forma positiva e fundamentada.

A Língua de Sinais é a segunda língua oficial do Brasil, ou seja, o primeiro pensamento - em teoria - é que, obviamente, está sendo ofertada como um componente curricular, uma língua de cultura própria e autônoma que oportunizada, para todos os indivíduos brasileiros, o direito de aprender Libras no ambiente escolar, de modo que os ouvintes desenvolvam uma segunda língua, se tornem indivíduos mais empáticos, críticos e transformadores propiciando assim, um ambiente e uma sociedade de equidades e igualdades para que os surdos sejam transformadores de sua própria realidade, sejam autônomos e conhecedores de seus direitos, de modo que a barreira linguística, que muito assola e separa erroneamente a cultura ouvinte e surda, não passe de um “delírio coletivo da sociedade brasileira”.

Infelizmente, apesar de serem parceiras inseparáveis, a teoria muitas vezes não é representada na prática. A realidade vivida pelas pessoas surdas se mostra um desafio complexo ao observarmos a desvalorização cultural de sua língua e como ela não é corretamente oportunizada e apresentada à comunidade ouvinte. O descaso com Língua Brasileira de Sinais ainda persiste, apesar de todo o progresso inclusivo dos direitos e de todas as leis, documentos e normas que apoiam esse componente curricular.

A educação bilíngue é visada e é proporcionada, principalmente, para as pessoas surdas, o que destaca o provável problema do porquê da exclusão dessa comunidade na sociedade atual.

O aprendizado de Libras é um caminho que não deveria ser estimulado e direcionado apenas a comunidade surda, não se pode ser negado independente de

suas especificidades o direito de todos a uma educação de qualidade, a comunicação, a expressão e a interação social, ou seja, aprender a língua de sinais é direito e dever de todos, porque por meio do compartilhamento e da educação que a inclusão se efetiva.

Oportunizar a LIBRAS enquanto L2 para ouvintes e L1 para surdos se mostra um avanço na construção do ser, apesar das dificuldades em se tornar uma realidade nas instituições escolares brasileiras, para Paulo Freire - patrono da educação brasileira - a educação é um processo de humanização, todas as pessoas são consideradas agentes do conhecimento, em outras palavras o sujeito é o transformador de sua realidade, um sujeito capaz de transpor a “pedagogia do oprimido” e torná-la em uma educação libertadora, onde o conhecimento é o combustível da criticidade, da renovação e da mudança, proporcionando assim possibilidades inovadoras para a formação de uma comunidade inclusiva e agente ativo de seu processo de ensino aprendizagem.

Para Paulo Freire, educar sempre será uma relação de gente com gente, de adultos com crianças. [...] Para Paulo Freire, o caráter renovador da educação está no caráter intrinsecamente renovado de toda a relação humana, entre humanos. Formamo-nos no diálogo, na interação com outros humanos, não nos formamos na relação com o conhecimento. Este pode ser mediador dessa relação como pode também suplantar essa relação (ARROYO, 2001a, p. 47).

Assim, como a teoria freiriana propõe, a teoria piagetiana vem reafirmar que a aprendizagem e o processo de aquisição da linguagem se constrói através da interação se moldando a partir das experiências ativas estabelecidas entre o sujeito e o meio. Segundo Piaget, o desenvolvimento do indivíduo está em sua capacidade de construir e atribuir significados através de processos semióticos. De acordo com a teoria Freiriana e Piagetiana a construção do conhecimento e a aquisição da Língua está totalmente atrelada à ideologia de que a comunicação só pode ser estabelecida por meio da interação, da experimentação ativa e das relações interpessoais entre sujeito e o meio ao qual está inserido, o que, entre a comunidade surda e a ouvinte, é possível por meio do uso da LIBRAS.

Marques (2008) e Anater (2008) esclarecem que os “não surdos” e “não-surdos” (ouvintes que naturalmente estão inseridos na comunidade surda e que são aceitos de forma efetiva no mundo da pessoa surda) é o sujeito que transita entre as culturas, estabelecendo relações em ambas as comunidades, ou seja, eles são



essenciais para a inclusão efetiva da pessoa surda de forma social e política na sociedade.

Em outras palavras, os ouvintes - usuários da língua de sinais - são a ponte para a valorização da língua da comunidade surda e os emancipadores no ensino de LIBRAS, para a comunidade ouvinte e isso só pode ser protagonizado por meio da implementação das libras no cotidiano dos estudantes. Contudo, o medo pelo diferente e pelo desconhecido muitas das vezes gera rotulações e divisões que estão internamente enraizados em toda cultura que se sente ameaçada pelas divergências presentes no outro.

[...]a tentativa de entender quem é esse indivíduo não-surdo, que precisa se acostumar com o outro e se fazer acostumar, a fim de que, diante da diferença, muitas vezes entendido como um estrangeiro, não se confunda com um intruso, mas se esclareça como alguém que é diferente social, cultural e linguisticamente e passível de auto e inter-constituição através das relações que estabelece (ANATER, 2008, p. 127-128).

Esse distanciamento das culturas ouvinte e surda gerado pelo processo histórico do passado afortunadamente está sendo obliterado à medida que o objetivo de aprender para compartilhar e a inclusão ganham espaço nos ambientes escolares, permitindo que ambas as culturas se completem. Baseado em Anater, (2008), Ferreira (2019, 2008, p.30) reitera que “quando os objetivos se fundem as marcas se desfazem porque se sobrepõem, reproduzem outras de maior força.”

## **2.2 Elementos que influenciam a realização pedagógica definitiva no ensino de Libras**

A valorização e efetivação da LIBRAS como componente curricular obrigatório nas instituições escolares se encontra entrelaçada a elementos influenciadores determinantes na realização pedagógica, ou seja, o sucesso da educação bilíngue entre surdos e ouvintes no processo de ensino aprendizagem se vê dependente dos respectivos aspectos que serão abordados: políticas educacionais, meios tecnológicos, modelo de ensino e formação profissional. A inovação e a busca por ferramentas e metodologias que favoreçam a acessibilidade e aprendizado de LIBRAS, tornam a possibilidade do direito ao ensino e a inclusão da pessoa surda no âmbito educacional, uma permanência possível (MACHADO, 2008; STROBEL).

Apesar do aprendizado de LIBRAS ser um direito das pessoas com deficiência auditiva, o que a mantém presente e ativa no currículo escolar são as normas e as políticas educacionais regidas pela legislação brasileira. A Lei de LIBRAS 10436/02 e o Decreto n.º 5.626/05, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n.º 9.394/1996 são uns dos principais documentos que influenciam a educação bilíngue de forma direta e que possibilita oportunidades de valorização da cultura surda e ensino de qualidade da Língua de Sinais (STROBEL, 2009).

Outro aspecto relevante, instrumento de auxílio, mediação no aprendizado e também uma característica essencialmente da LIBRAS, são os elementos multimodais. A multimodalidade se apresenta como um processo semiótico social, que não se refere apenas ao aprendizado por meio da palavra, mas também a cores, formas, imagens, gestos, entonações, traços entre outros, onde a construção da linguagem e dos sentidos se dão por meio do social, da interação, concebendo a aprendizagem e o letramento visual (DIONÍSIO, 2005; KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 20).

A revolução tecnológica moderna tem trazido avanços significativos principalmente para área da educação, motivando a inovação das metodologias pedagógicas, a transformação do currículo, e auxiliando o profissional pedagógico no processo de ensino aprendizagem, o que oportuniza a participação ativa dos estudantes. Com os avanços tecnológicos, outro elemento que tem favorecido a implementação da LIBRAS como componente curricular permanente, são as NTICs (Novas Tecnologias da Educação e Comunicação). Maria e Aranha (2005, p. 32) discorrem que:

A linguagem constrói o homem como sujeito capaz de buscar inovação, uma vez que permite ao mesmo organizar seus pensamentos, emitir o que sente, registrar o que conhece e comunicar-se com outros, construindo conhecimentos sobre o mundo que o cerca (ALMEIDA; ARANHA, 2005, p. 32).

O ato de inovar por meio do uso das TICs facilita e proporciona qualidade, dinamizando a prática pedagógica e possibilitando o desenvolvimento da relação professor e aluno, onde ambos colaboram para a construção do conhecimento e a formação de um ambiente mais acolhedor as individualidades de cada indivíduo e oportunizador da autonomia e independência do sujeito, a busca em aprimorar o ato de aprender e ensinar LIBRAS se mostra uma tarefa motivadora, inclusiva, mais acessível e muito mais inovadora. A criação das Tecnologias Assistivas apoiadas em

LIBRAS traz à superfície a valorização e o respeito, como forma de apoio ao desenvolvimento da língua da cultura surda.

A tecnologia assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social” (BETSCH e SARTORETTO, 2013).

Assim, como a tecnologia Assistiva, as ferramentas *Google ARCore*, *Unity 3D*, *Realidade Aumentada (RA)* e *Blender* foram produzidas em prol da inclusão social de pessoas com deficiência, são de fácil acesso o que permite que sejam disponibilizadas ao usuário comum, facilitando e instigando o estudante a ser o próprio agente de sua aprendizagem, motivando o desenvolvimento cognitivo e intelectual. Na realização e aprimoração do ensino de LIBRAS são destacadas o software RA e *Blender*. A ferramenta RA se torna uma ferramenta essencial no ensino da Língua de Sinais, pois sua principal característica é aumentar um ambiente real por meio de objetos virtuais possibilitando com que “a realidade aumentada melhore a percepção do usuário em relação ao mundo real, como sua interação com este” (AZUMA, 1997,p.355).

Como a RA, a tecnologia Blender trabalha com objetos virtuais, mas seu foco é as animações em LIBRAS, ou seja, a construção das mãos tridimensionais (BLENDER, 2018).

As Políticas Educacionais Nacionais se constituem como um elemento essencial para a realização efetiva da Educação Bilíngue no processo pedagógico, tendo como objetivo nortear, assegurar e oportunizar um aprendizado de qualidade e que atenda as individualidades e valorize a diversidade de cada sujeito. O MEC traz a Política Nacional de Educação Especial, como diretriz voltada à inclusão de pessoas com deficiência no sistema regular de ensino, o que, no processo de implementação da LIBRAS, busca efetivar e garantir o direito do indivíduo surdo a um processo de escolarização de qualidade e especializado que atenda às suas necessidades e especificidades. (ARAÚJO, 2020; GLAT; NOGUEIRA, 2003).

O Decreto nº 3.076/1999 do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), afirma o:

Zelar pela efetiva implantação e implementação da Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência; e acompanhar o planejamento e

avaliar a execução das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, política urbana e outras relativas à pessoa com deficiência;

As Políticas Educacionais, em consonância com o corpo docente escolar, promovem adaptações curriculares que se mostram “verdadeiras” e inclusivas para a solidificação e permanência da cultura surda.

O conceito de adaptações curriculares, consideradas como: estratégias e critérios de atuação docente, admitindo decisões que oportunizam adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos, considerando que o processo de ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola (BRASIL, 1998).

De acordo com Munster (2013) e Araújo (2020), o êxito em adaptações curriculares é promovido por alguns determinantes como “as competências acadêmicas, sociais, emocionais, comportamentais e cognitivas.” Desse modo, uma adaptação bem-sucedida oportuniza a igualdade de acesso, permitindo aos estudantes, com deficiência, possibilidades de participar ativamente no ambiente inclusivo, de equidade destacando a riqueza e valorizando a diversidade (ARAÚJO 2020; OLIVA, 2016).

Baseado no conceito de direitos humanos, no qual os princípios de igualdade de oportunidades e valorização das diferenças são combinados para que todas as crianças, jovens e adultos possam ser incluídos no sistema educacional, aprendendo e participando sem qualquer tipo. discriminação. A fim de assegurar educação de qualidade para todos, livre de todas as formas de preconceito e estereótipos, o sistema educacional precisa ser repensado, e a estrutura histórica discriminatória que exclui as diferenças deve ser substituída por uma nova estrutura na qual o acesso à sala de aula geral e irrestrito. e o foco está na escola como um todo e no potencial dos alunos (OLIVA, 2016, p.3).

A realização pedagógica está ligada profundamente à formação dos profissionais pedagógicos, como é realizada a sua apresentação e a sua utilização no âmbito escolar. Esse é um aspecto crucial para o ensino da LIBRAS.

### **2.3 Reflexões sobre a utilização de LIBRAS no âmbito vigente**

Recorrente à implementação - ainda que vagarosamente - da LIBRAS no âmbito escolar e na formação do profissional pedagógico, é evidenciado a proporção que a Língua de Sinais tem adquirido no processo de ensino aprendizagem da sociedade brasileira. A forma como essa língua é apresentada e ensinada tanto aos

professores, quanto aos estudantes, é ponto determinante que delimita a cultura ouvinte da cultura surda, o que muitas vezes acaba antagonizando assim, a importância da representatividade da LIBRAS (ARAÚJO, 2020).

Se o aluno com deficiência auditiva na sala regular não demonstra bom desempenho cognitivo com os demais colegas, não se deve culpar a sua “deficiência auditiva”, mas sim, à “deficiência cultural” de seu grupo, que não proporciona ingresso, no instante propício, respeitando sua língua natural Língua Brasileira de Sinais- contribuindo no seu desenvolvimento linguístico e sucessivamente cognitivo normal, utilizando como modo de aprendizagem sendo primordial o visual, não podendo ser somente a língua oral (ARAÚJO, 2020, p.65).

A verdadeira efetivação da Língua de Sinais, na cultura educacional, está por trás dos conceitos que são atrelados ao processo de ensino e aprendizagem desde os anos iniciais. O ingresso tardio dessa língua representa um retrocesso cultural, social e cognitivo na sociedade ouvinte e surda brasileira. O acesso deve ser possibilitado com antecedência para que se torne um processo natural e respeitado em sua totalidade. Existem instituições que possibilitam o acesso para pessoas que se interessam em conhecer a língua de sinais, como a FENEIS:

A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), junto a algumas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, escolas especiais e movimentos religiosos, tem se constituído em pontos de referência para as pessoas que buscam conhecer a Libras (DUK, 2006, p.266).

Isso evidencia que a dificuldade de inclusão da LIBRAS e da pessoa surda à cultura ouvinte não está apenas interligada ao número de instituições que disponibilizam seu acesso, mas principalmente à falta de interesse e motivação de se aprender a segunda língua brasileira, gerada muitas vezes devido a falta de conhecimento e acesso facilitado do idioma. Trabalhar a LIBRAS no ambiente escolar não se trata apenas de inseri-la e esperar que ela se efetive com o tempo. O ato de educar vai muito além da “transmissão” de conhecimentos e construção de conceitos (SANTOS; CRUZ, 1997).

Contudo, ainda hoje se observa que há grandes equívocos sobre o que realmente significa inclusão no ambiente educacional e social, o que muitas vezes em vez de incluir o indivíduo no espaço escolar, pode causar apenas a integração ou, até mesmo, a exclusão. Mantoan (2003, p.16) afirma que:

O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o motivo da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades.

Entender o que realmente significa inclusão é o primeiro passo para que há Libras seja implementada com sucesso como disciplina curricular obrigatória na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Cotidianamente, é notório nas instituições escolares o aumento de crianças surdas, o que nos leva a demanda de mais profissionais pedagógicos e intérpretes dentro da sala de aula.

### **3. O AEE COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO E PERMANÊNCIA DA LIBRAS NA EDUCAÇÃO**

O último capítulo versa sobre a importância do Atendimento Educacional Especializado como instrumento essencial para a acessibilidade e formação integral da comunidade surda e ouvinte, além de abordar a necessidade da AEE e da formação profissional pautada nessa área, para a efetivação da Língua de Sinais na instituição escolar e na prática pedagógica docente. Abordará, portanto, aspectos fundamentais para a construção de escolas inclusivas e como é refletido no sucesso da Educação Especial em sua totalidade. Reflexões e possíveis soluções serão apresentadas para possibilitar, de forma definitiva, a implementação da Libras nas escolas de ensino regular ao longo de toda a educação básica.

### 3.1 Educação Especial e AEE

A Educação Especial se trata de um processo a longo prazo que deve ser concretizado tanto na escola comum como nas escolas especializadas, visando a garantia da inclusão. Para Mantoan(1998), é inegável que a implementação e a valorização da Educação Especial aconteceu tardiamente e que ainda está sendo incitado na educação brasileira atualmente, esse processo veio ganhar mais ênfase apenas no final da década de 80, devido a criação de das escolas de ensino particular e público voltados para o atendimento de pessoas com deficiência e a acontecimentos históricos determinantes, como a Declaração de Salamanca e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais (1994).

O reconhecimento da Educação Especial e o esforço em conceder uma educação inclusiva que pudesse atender a todos respeitando suas potencialidades, direcionou os holofotes a outro aspecto importante: A Educação de Surdos no Brasil. Com isso a Educação Inclusiva tem traçado caminhos e meios, de modo a introduzir o mais naturalmente possível o direito ao acesso a LIBRAS no cotidiano da população, para que se torne uma realidade possível em todos os âmbitos vigentes da sociedade.

Com o objetivo de integrar e atender as pessoas com deficiência auditiva, a partir do surgimento de órgãos normativos estaduais e federais, o corpo legislativo do país voltou suas atenções não só para a Educação Especial, como também para a Educação de Surdos, o que concentrou seus esforços para a criação de leis, mecanismos e instrumentos que pudessem atender a essa comunidade, com isso a educação inclusiva ganharia uma nova perspectiva (MANTOAN, 1998).

O AEE Atendimento Educacional Especializado é previsto nos artigos 58, 59 e 60 na LDBEN (lei nº 9394/96) criado pelo MEC, essa é uma proposta, que nasceu do desejo de viabilizar o direito à plena cidadania da pessoa com deficiência, garantindo às pessoas com deficiência o direito a uma educação de forma integral e a um profissional especializado (DAMÁZIO, 2007; FERREIRA, 2011). O Atendimento Educacional Especializado tem como premissa;

Identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à

autonomia e independência na escola e fora dela. [...]. Ao longo de todo o processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum (SEESP-MEC, 2008, p. 01).

Na Educação Inclusiva, a AEE é considerada uma das bases que moldam a Educação Especial e que vem ganhando mais destaque e espaço nas escolas como um apoio educacional, se mostrando um trunfo para a realização pedagógica e para a inclusão permanente de todos os indivíduos com deficiência, proporcionando a construção de uma educação democrática, igualitária e que reconstrua a perspectiva ultrajante que veio sendo agregada historicamente as pessoas deficientes. Contudo, devido ao seu papel essencial, é notório o acontecimento de equívocos em pensar que o AEE se trata de um processo que substitui o direito à escolarização proporcionada nas escolas de ensino regular (DAMÁZIO, 2007; FERREIRA, 2011; BRASIL, 2008). Na perspectiva da Educação Inclusiva, a pessoa surda é assegurada que:

O AEE para alunos com surdez na perspectiva inclusiva, estabelece como ponto de partida a compreensão e o reconhecimento do potencial e das capacidades dessas pessoas, vislumbrando o seu pleno desenvolvimento e aprendizagem. O atendimento às necessidades educacionais específicas desses alunos é reconhecido e assegurado por dispositivos legais, que determinam o direito a uma educação bilíngue, em todo o processo educativo. Define ainda que a proposta deve ser vista como uma construção e reconstrução de experiências e vivências conceituais, em que a organização do conteúdo curricular não deve estar pautada numa visão linear, hierarquizada e fragmentada do conhecimento.

As potencialidades dos indivíduos surdos, por meio do profissional especializado, são valorizadas em suas plenitudes, concedendo ao indivíduo surdo o direito a se comunicar e interagir trabalhando suas diferenças de forma que elas não sejam a limitação de seu desenvolvimento pedagógico, mas como uma forma de protagonizar a sua capacidade de participar ativamente por meio das suas potencialidades.

### **3.2 O Atendimento Educacional Especializado nas Escolas Inclusivas**

O Atendimento Educacional Especializado vem se concretizando em decorrência da conquista do eixo considerado um precursor determinante para a sua permanência e realização nas instituições escolares. O SMR (Sala de Recursos Multifuncionais) se trata de um ambiente personalizado que proporciona condições



para a realização do Atendimento Especializado, objetivando atender e suprir as necessidades do indivíduo deficiente, valorizando suas particularidades por meio do uso de NTICs, tecnologias assistivas, por meio lúdico (jogos) e por meio da realização de atividades que promovam e auxiliem na formação integral.. Esses processos visam acolher e respeitar a diversidade sociocultural e socioeducacional atrelada a cada sujeito, além de ofertar e oportunizar o acesso aos conhecimentos no decorrer do processo de ensino aprendizagem (ALVES, 2006; SILVA, 2021).

A Educação Especial e a Educação Inclusiva, são dois conceitos semelhantes considerados indissociáveis, muitas vezes, os termos são confundidos, o que destaca o quão vigente ainda é o processo de inclusão na contemporaneidade;

Conceito de Educação Especial: A Educação Especial ocupa-se do atendimento e da educação de pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento em instituições especializadas. É organizada para atender específica e exclusivamente alunos com determinadas necessidades especiais. Onde profissionais especializados como educador físico, professor, psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional trabalham e atuam para garantir tal atendimento.

Conceito de Educação Inclusiva: É um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática que percebe o sujeito e suas singularidades tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos (NORONHA, 2014; PINTO, 2014).

O termo Escola Inclusiva, não se refere a uma separação entre a escola comum e a escola especializada. Escola Inclusiva se refere ao ideal de como deveria ser o processo de ensino aprendizagem. Por muito tempo a maior preocupação das instituições escolares era “ceder” um espaço para que os estudantes com deficiência pudessem se sentir agregados à sala de aula. Esse pensamento impediu que o verdadeiro processo de inclusão acontecesse. Não se trata de apenas colocar no mesmo ambiente e acreditar que, magicamente, essa criança será incluída e seu sucesso escolar será garantido. “O princípio da Inclusão Escolar é a certeza de que Todos têm o direito de pertencer, de que necessitamos compreender e aceitar as diferenças” (PAROLIN, p. 29). Com relação a ao direito de acesso e inclusão escolar:

Em se tratando de Educação Inclusiva, a escola inclusiva deve atender às necessidades de “todos” e quaisquer alunos, nessa escola, as atitudes enfatizam uma postura não só dos educadores, mas de todo o sistema educacional. Uma instituição educacional com orientação inclusiva é aquela

que se preocupa com a modificação da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa que se deve dar a todas as diferenças individuais, inclusive às associadas a alguma deficiência em qualquer instituição de ensino, e em todos os níveis de ensino (OLIVEIRA, 2012, p. 95).

No ensino da Língua de Sinais o que torna o AEE (Atendimento Educacional Especializado) e o SMR (Sala de Recursos Multifuncionais) fatores indispensáveis para a ampliação e para a consolidação da Libras nas escolas inclusivas, são seus aspectos constituídos, exclusivamente, para providenciar a construção da base conceitual desse idioma, ou seja, para elaborar um currículo AEE, é levado em consideração os conhecimentos prévios e as experiências vividas dos educandos surdos, buscando estimular a inovação e proporcionar formas e meios para desenvolver e aprimorar seus conhecimentos e habilidades. Desse modo possibilita entender como um todo, a quão intrinsecamente a Libras está atrelada aos fatores sociais, educacionais e cognitivos desse indivíduo surdo.

O trabalho pedagógico com os alunos com surdez nas escolas comuns deve ser desenvolvido em um ambiente bilíngue, em um espaço em que se utilize a língua de sinais e a língua portuguesa em um período adicional no atendimento educacional especializado (DAMÁZIO, 2007, p. 25).

Damázio (2007), destaca a importância do trabalho pedagógico AEE em consonância com as escolas comuns, favorecendo e elaborando um ambiente que aprecie e trabalhe de forma lúdica e inovadora a Libras.

É preciso entender o Atendimento Especializado como uma forma de proporcionar à pessoa surda a oportunidade de ser incluso, no intuito de que a sua peculiaridade não seja um empecilho de desigualdade ou incapacidade, mas sim que seja uma possibilidade de apreciação de suas diferenças, de interagir e se comunicar sem barreiras linguísticas, trazendo dessa forma a equidade à sala de aula, proporcionando o direito a todos de ter acesso a uma escola de ensino regular.

### **3.3 A formação do profissional AEE em Libras**

A persistência do rótulo historicamente construído, tornou a formação de profissionais pedagógicos especializados e capacitados para o atendimento especializado, um processo de limitação, o que acaba banalizando e retardando, de modo grosseiro, o papel do educador inclusivo. A terminologia “Educação Especial”,

segundo Cartolano (1998) e Oliveira (2012) deveria estar instintivamente agregado de forma básica, natural e comum ao currículo de formação do educador. Contudo, equivocadamente, “sempre é vista como uma formação especial reservada àqueles que desejam trabalhar com alunos com ‘necessidades educativas especiais’, diferentes, indivíduos divergentes sociais, deficientes” (OLIVEIRA, 2012; CARTOLANO, 1998).

Para a realização efetiva do ensino de Libras no ambiente escolar, em prol da emancipação das habilidades, da formação integral e da inclusão da pessoa surda, segundo Araújo (2020, p.46) está contemplado na Resolução CNE n.2/2001, art. 18 que:

§ 1º São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educações especiais adequadas ao desenvolvimento de competências e valores para: Perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva; Flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem; avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais; Atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial (BRASIL, 2001, p.12)

A função do profissional de atendimento educacional especializado exige uma demanda constante de estudos e disponibilidade para a aprendizagem e para desenvolver e aperfeiçoar suas habilidades continuamente. O profissional da educação especial é o mediador e auxiliador entre os conhecimentos e a relação professor e aluno.

No estado de Goiás o órgão que é responsável pela capacitação de professores competentes e especializados no atendimento especial é o CAS (Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez) de Goiânia, por exemplo. O CAS surgiu em 2005 oferecendo o curso de português para deficientes auditivos e para professores das escolas estaduais no estado de Goiás (ARAÚJO, 2020).

Devido a instituições como o CAS, que trabalham e oferecem cursos de especialização, cada vez mais se procura por um profissional pedagogicamente qualificado, bilíngue e apto também no atendimento especializado, que seja capaz de proceder em diversas situações. Dessa forma, denota a importância da formação

inicial e continuada, de modo que o educador consiga trabalhar com a diversidade e as potencialidades de cada sujeito inclusivamente, sem que uma barreira seja imposta, atrapalhando a relação afetiva e a comunicação entre professor e aluno e o processo de ensino aprendizagem (RODRIGUES, 2017; VIEIRA, 2017; ARAÚJO, 2020).

A inclusão da Libras na grade curricular das escolas de ensino regular, exige um profissional intérprete que, segundo Quadros (2004), é aquele que precisa transcender os obstáculos impostos pela barreira linguística e intermediar propiciando a construção e reforçando a relação professor-aluno. Em concordância, Oliveira (2012), traz que:

O intérprete educacional deve estar sempre estudando e se atualizando para obter uma boa interpretação nas aulas e nas diferentes disciplinas, pois há muitos termos específicos dentro das disciplinas de biologia, química, física, filosofia que não têm sinais das libras, e, para o intérprete, conhecendo seus significados, torna-se mais fácil explicar para os alunos surdos a forma de combinarem um sinal entre si para estes termos. Se o intérprete não souber o significado de algum termo específico de alguma matéria, o melhor a fazer é perguntar ao professor regente e assim transmitir o certo ao aluno.

O intérprete de Libras trabalha constantemente com desafios e inovações, o que demanda o desenvolvimento contínuo de suas competências, mas o processo que envolve a ideia de como trabalhar Libras nas escolas inclusivas ainda está em situação de entrar em vigor. Muitas dificuldades são vivenciadas pelas escolas de ensino regular que ainda não aderiram ou se preparam para receber estudantes surdos. Para que os professores se tornem “Praticantes inclusivos” e estejam preparados para exercer o atendimento educacional é necessário que tenham capacitação profissional e sejam adequadamente preparados para que abordem de forma inovadora metodologias, práticas pedagógicas, didáticas e atitudes positivas ao trabalhar com a heterogeneidade (VIEIRA, 2017; ARAÚJO, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável o reconhecimento dos surdos e de sua Língua em todos os âmbitos sociais, contudo ainda são inúmeros os obstáculos para a sua real inclusão em um todo na sociedade como agentes participantes ativos. Ser reconhecido e incluído são situações totalmente diferentes, isso pode ser visto quando se percebe como as escolas, ou o ambiente de trabalho, visualizam a pessoa surda, eles não estão preparados para atendê-los e nem mesmo incluí-los.

A necessidade do ensino aprendizagem de Libras está na capacidade de ser possível um real compartilhamento e respeito sobre as diferenças, assim como os surdos aprendem o português na modalidade escrita para compartilhar seu mundo, é dever dos ouvintes aprender a Língua de Sinais para compartilhar o seu. Cada vez mais tem se tornado maior a demanda de profissionais capazes de se comunicar e interagir com o sujeito surdo, pois é preciso saber trabalhar com profissionais que tenham essas individualidades, assim como os ouvintes, a comunidade surda tem educadores, intérpretes, secretários, eles têm suas profissões e seus desafios

É necessário reconhecer a importância e a necessidade da implementação da Libras no currículo escolar para o processo de construção de uma educação inclusiva para surdos e ouvintes, colaborando para o surgimento de novas teses relacionadas, novos trabalhos, projetos, políticas públicas e pesquisas que visem essa temática, de

modo a contribuir para a inclusão e para construção de novas leis que regem a educação especial e gerar novos questionamentos sobre os benefícios de se aprender uma segunda língua.

A efetivação da “Pedagogia do Surdo”, depende da quebra de barreiras que ainda estão atreladas a processo conceitual estruturado historicamente, por isso é perceptível que para que há Libras seja incluída em parte, rumo a sua totalidade e se concretize na educação básica como L1 para os surdos e L2 para os ouvintes na educação básica, é preciso quebrar o paradigma construído sobre as pessoas deficientes e sobre o conceito de Educação Especial e Inclusiva, que está sob o contexto de que a inclusão deve acontecer de forma separada e limitante. Como evidência Perlin (2006):

A virada para a pedagogia do surdo tem sido apresentada como uma ruptura no universo teórico da educação que detém o modelo ouvinte. A transgressão pedagógica que realizamos não nos apavora, mas nos identifica, nos dá a sensação de que é isso que queremos. De fato, alguns aspectos cambiantes fazem desaparecer a pedagogia ouvinte de tal forma presente nos discursos narrativos fruto de agências coloniais (PERLIN, 2006, p. 5).

Para a concretização do ensino de Libras, fica evidente que deve ser estabelecida a sua implementação em todos os âmbitos vigentes. Reconhecendo a importância da Língua de Sinais e, dessa forma, emancipando a valorização da cultura surda e oportunizando o direito a toda comunidade brasileira, o acesso à inclusão e à construção da habilidade bilíngue.

Oportunizar o acesso dessa Língua na formação profissional dos educadores, como um requisito obrigatório e uma habilidade essencial para a construção de um profissional inclusivo, é contribuir para a permanência da Libras e para a formação cognitiva, social, cultural e político de modo que o processo de inclusão se torne algo natural e colabore para a construção da identidade brasileira.

Existem inúmeras objeções e dificuldades para a formação bilíngue do profissional pedagógico e para a implementação da Libras como componente curricular nas instituições escolares com êxito. O processo de inclusão e inserção da Libras como disciplina obrigatória na educação básica, ainda está em fase inicial, mas o progresso é visível apesar de ainda não ser um aspecto muito estudado.

Fica evidente que a falta de políticas públicas que orientem o educador, o descaso de recursos, de cursos profissionalizantes e o desinteresse na área causada

pelo seu reconhecimento tardio da Língua, tem degradado a imagem da Libras como disciplina curricular nas instituições de ensino regular. A objeção sobre a implementação do ensino da Língua de Sinais no currículo de forma obrigatória reflete diretamente sobre sua aceitação dentro da sala de aula, o que acarreta no processo de exclusão.

Contemplando todos os aspectos se torna claros quais são as dificuldades vivenciadas pela comunidade surda e ouvinte, há Libras se mostra como a ponte que liga esse dois mundos, favorecendo a construção de uma sociedade que entenda a responsabilidade dos seus direitos e deveres enquanto praticantes inclusivos e que o ato de aprender Libras não só colabora para a formação integral e bilíngue do indivíduo surdo, mas que proporcionem a formação do indivíduo ouvinte de forma a transformar a sociedade, formando pessoas mais humanizadas e conscientes da necessidade da diversidade para o avanço do futuro educacional e para a equidade do protagonismo coletivo.

## REFERENCIAS

ALMEIDA, Madalena Ubaldo; QUEIROZ, Girlene Aparecida. **Libras como componente curricular para instrução de crianças com surdez no ensino fundamental 1**. Revista científica Eletrônica de Ciências Aplicadas de Itapeva, 2018.

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de Recursos: espaços para atendimento educacional especializado**. Elaboração de Denise de Oliveira Alves, Marlene de Oliveira Gotti, Claudia Maffini Griboski, Claudia Pereira Dutra. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2006.

ALVEZ, C. B.; FERREIRA, J. de P.; DAMÁZIO, M. M. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas surdas**. Brasília, DF: MEC/SEESP, UFC, 2010.

ARAÚJO, Gerlana Pereira Lino de; **Inclusão escolar: Um estudo das relações entre formação continuada e atuação profissional no trabalho com alunos deficientes auditivos de escolas do Município de Itaberaí- GO**. Asunción - PY, 2020.

ARROYO, M. Currículo e a pedagogia de Paulo Freire. In. RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria de Educação. Caderno pedagógico 2: Semana Pedagógica Paulo Freire**. Porto Alegre: Corag, 2001 a.p. 42-54.

AZEVEDO, Luciene Ferreira. **A importância do ensino da Língua Brasileira De Sinais - (LIBRAS) para educação infantil e formação dos professores das séries iniciais**. Araguatins, 2020.

BASSO, Idavania Maria de Souza; STROBEL, Karin Lilian; MASUTTI, Mara. **Metodologia de ensino de Libras - L1**. Florianópolis, 2009.

BASTOS, Eulânia Maria Ramos. **A Libras como disciplina na educação básica: Uma pesquisa com professores da rede estadual de caixas-MA**. Disponível em: [http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho\\_38anped\\_2017\\_GT15\\_662.pdf](http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT15_662.pdf) São Luís-MA, 01 a 05 out, 2017. Acesso em: 10 out, 2021.

BRASIL. Secretaria Estadual de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações curriculares**. Brasília: MEC, 1998.

CONCEIÇÃO SANTOS, S. M. DA; PEREIRA, D. **Libras e sua importância na formação de professores na Educação de surdos**. Revista Encantar, v. 1, n. 2, p. 139-158, 13 fev. 2020.

CORREIA, Derek Oliveira; COUTINHO, Fernando De Gusmão; MEDEIROS, Athos Reis de. **Desenvolvimento de um software educacional para o ensino aprendizagem de LIBRAS utilizando realidade aumentada**. UFG/BR. Goiânia, 2018.

DAMÁZIO, M. F. M. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007, 52 p.



ECCO, Idanir; NOGARO, Arnaldo. **A Educação em Paulo Freire como processo de humanização**. - URI Erechim/RS. p. 3530, 2015.

QUADROS, Ronice Müller de. **Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/ exclusão**. Florianópolis n.05, p.81-111,2003.

ESCOLAS, Disciplina de Libras nas. **Melhor escola**. 2020. Disponível em: <https://www.melhorescola.com.br/artigos/disciplina-de-libras-nas-escolas> Acesso em: 11 out, 2021.

ESCOLA, A importância do ensino de Libras na. **Jornada edu**. 27/07/2018. Disponível em: <https://jornadaedu.com.br/familia-na-escola/a-importancia-do-ensino-de-libras-na-escola/>. Acesso em: 20 set. 2021.

ESTUDANTES, Projeto de lei inclui Libras no currículo escolar para todos os estudantes. **Senado Federal**. 11/08/2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2020/08/projeto-de-lei-inclui-libras-no-curriculo-escolar-para-todos-os-estudantes> Acesso em: 20 set. 2021.

FONTES, Martins. **A construção do pensamento e da linguagem L. S. Vigotski**. São Paulo, 2001.

FERREIRA, Cleonice Bicudo da Rocha. **Atendimento educacional especializado para pessoas com surdez**. 2011. 66 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar)—Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Brasília, 2011.

FERREIRA, Vítor Henrique Malcher. **Redesign de jogos educacionais para o ensino de LIBRAS**. 2018. 70 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Design)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

GESSER, Audrei. **Metodologia de Ensino em Libras como L2**. Disponível em: [https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/metodologiaDeEnsinoEmLibrasComoL2/assets/629/TEXTOBASE\\_MEN\\_L2.pdf](https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/metodologiaDeEnsinoEmLibrasComoL2/assets/629/TEXTOBASE_MEN_L2.pdf). Florianópolis,2010. Acesso em: 04 Out, 2021.

GESSER, Audrei. **O Ouvinte e a Surdez: Sobre Ensinar e Aprender Libras**.São Paulo: Parábola editorial,2012.

LIMA, Juliana Acácio Cordeiro de; CÓRDULA, Eduardo Beltrão de Lucena. **O Ensino de Libras no Ensino Fundamental**. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/17/9/o-ensino-da-libras-no-ensino-fundamental-Qualis/Capes>, acesso em:02 Nov, 2021.

LACERDA, Lúcia Loreto; MORAIS, Cristina Richter Costa. **O ensino de Língua de Sinais para crianças ouvintes: Uma proposta de bilinguismo às avessas**. Curitiba:2013.

LACERDA, C. B. F. **A inserção da criança surda na classe de crianças ouvintes: focalizando a organização do trabalho pedagógico**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23, 2000, Caxambú.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar, o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo. Moderna. 2003.

MACEDO, Y. M; FRANÇA VASCONCELOS, A. P; FREIRE, C. M.; RIOS, J. C. DA F. **Implementação da disciplina de Libras nos anos iniciais: Uma perspectiva bilíngue.** *Revista Encantar*, v. 1, n. 2, p. 29-46, 13 fev. 2020.

MACHADO, Paulo César. **A política Educacional de Integração/Inclusão – Um Olhar do Egresso Surdo.** Florianópolis: Ed. UFSC, 2008.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTINS, Linair Moura Barros; TACCA, Maria Carmen V. R; KELMAN, Celeste Azulay. **Vygotsky: A inclusão e a educação bilíngue dos surdos.** Londrina, 2009.

MENDONÇA, Lorena Medeiros de; CARVALHO, Taiana Wila de; DOMINGUES, Luciana Santos; FARIA, Ana Carolina Cintra. **A importância da Libras como componente curricular na educação básica.** Acesso em 03 set. 2012.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbetes Declaração de Salamanca. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil.** São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>. Acesso em: 10 jun 2021.

NORONHA, Eliane Gonçalves; PINTO, Cibele Lemes; Educação Especial e Educação Inclusiva: Aproximações e Convergências - **Artigo SEDUC.** Cuiabá-MT, 2014 - Disponível em:

<https://www.bonsucessomt.com.br/sws/Pasta-PDF-livro/EDUCAÇÃO%20ESPECIAL%20E%20EDUCAÇÃO%20INCLUSIVA.pdf> Acesso em: 22 Out, 2021.

OLIVEIRA, Fabiana Barros. Desafios na inclusão de surdos e o intérprete de Libras. **Diálogos & Saberes, Mandaguari**, v. 8, n. 1, p. 93-108, 2012. Disponível em: <http://seer.fafiman.br/index.php/dialogosesaberes/article/view/271>. Acesso em: 10 jun 2021.

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. **Aprendendo a incluir e incluindo para aprender.** São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006.

PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto; STROBEL, Karin. **Fundamentos da Educação de Surdos.** Florianópolis: UFSC, 2006.

QUADROS, Ronice Muller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Brasília: MEC; SEESP; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, 2003.

QUERINO, Ione de Almeida; LIRA, Edna Ferreira; SOARES, Andressa da Cunha; DAXENBERGER, Ana Cristina Silva. **Ensino de Libras para ouvintes de uma escola municipal.** Paraíba, 2017. Disponível em: Acesso em: 10 jun 2021.

RAMPELOTTO, Helena de Paula. **A libras, suas particularidades e a importância de sua inserção no currículo do ensino fundamental.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 10, Vol. 08, pp. 68-79. ISSN:2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/curriculo-do-ensino>. Acesso em: 12 out. 2021.

RIBEIRO, Milton; VEIGA, Victor Godoy; PELIZ, Ilda Ribeiro; SÁ, Nídia Regina Limeira de; BATTI, Crisiane Nunes Bez; BORGES, Inez Augusto. **Política Nacional de Educação Especial, Equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida.** Brasília: MEC. SEMESP.2020.

RIBEIRO, Regiane. **Implantação da Libras no Currículo escolar.** Mato Grosso, 2009. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/implantacao-da-libras-no-curriculo-escolar>. Mato Grosso, 2009. Acesso em: 12 out. 2021.

RODRIGUES, D. Os desafios da equidade e da inclusão na formação de professores. **Revista de Educação Inclusiva**, v. 7, n. 2, 2017.

RODRIGUES, Sara dos Santos; MEIRELES, Rosana Maria do Prado Luz. **Porque ensinar Libras para alunos ouvintes na escola regular inclusiva?**.Fluminense: vozes, 2017..

RODRIGUERO, Celma Regina Borghi. **O desenvolvimento da linguagem e a educação do surdo.** Maringá/PR: N.2, p. 99-116, 2000.

RODRIGUEIRO, Celma Regina Borghi; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo. **A Família e o Filho Surdo: Uma Investigação acerca do Desenvolvimento Psicológico da criança segundo a abordagem histórico-cultural.** Editora CRV. Curitiba, 2013.

SANTOS, Ana Paula de Lima. **Libras nas mãos dos ouvintes: Aprendendo uma língua visual.** Paraná, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/62563/ANA%20PAULA%20DE%20LIMA%20SANTOS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 set. 2021.

SANTOS, Igor Emerick dos; NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro. As contribuições do pedagogo no processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo no ensino fundamental I. Ceilândia, **Revista Projeção e Docência**. V.11, n. 1, ano 2020, p. 44.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e Linguagem: Aspectos e Implicações Neurolinguísticas.** São Paulo: Plexus, 2007.

SERVA, Priscila Kalil Bugia; COSTA, Sheila Batista Maia Santos Reis da. **Uma reflexão discursiva sobre o ensino de Libras.** Salvador/BA, 2016.

SILVA, Lelyane Santos; BENASSI, Claudio Alves. **A inclusão da Libras como disciplina curricular e a formação do professor de Libras.** Pantanal, 2014.

SILVA, Francisca Daiana Estrela. **A docência diante do aluno surdo.** Cajazeiras–PB, 2017.

SILVA, L. da. **A cognição e os princípios teóricos e metodológicos ao ensino de Libras para ouvintes: Orientações a professores iniciantes.** Revista Linguagem em Foco, Fortaleza, v. 12, n. 3, p. 197–218, 2021. DOI: 10.46230/2674-8266-12-2630. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/2630>. Acesso em: 26 set. 2021.

SILVA, L., & Moreno da, D. (2021). **Libras como L2 para ouvintes: a fluência em perspectiva.** Revista Da Anpoll, 52(1), 162–187. <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v52i1.1501>

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis- SC: UFSC, 2009.

TONDINELLI, Maria Ozana. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE, produções didático-pedagógicas.** Paraná, 2016. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde/pdebusca/producoes\\_pde/2016/2016\\_pdp\\_edespecial\\_uenp\\_mariaozanatonandinelli.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_edespecial_uenp_mariaozanatonandinelli.pdf). Acesso em: 26 set. 2021.

VASCONCELOS, Tony Alef de Souza; BARROS Maria Patrícia Lourenço; ARAÚJO, Aline Cássia Silva; CORREIA, Antônia Aparecida Barros Alencar. A comunicação entre ouvintes e pessoas surdas através da Libras nos espaços públicos. **Revista Seminário de Visu.** Salgueiro/PE, 2016.

VIEIRA, CM. Mudança de atitudes sociais de professores em relação à inclusão: transformação junto com alunos. **Revista Educação Especial**, v. 30, n. 59, p. 723-736, 2017.